



INSTITUTO DE  
EDUCAÇÃO  
—  
ULISBOA

## FICHA DE UNIDADE CURRICULAR

2024/2025

<b>Curso</b>
Mestrado em Educação – Administração Educacional
<b>Designação</b>
Análise das Políticas e das Organizações Educativas
<b>Docente (s)</b>
Luís Miguel Carvalho (responsável) e Sofia Viseu
<b>Descrição geral</b>
7,5 ECTS - 2 horas semanais, sessões teórico-práticas
<b>Objectivos / Competências</b>
O trabalho pedagógico procura promover a aquisição de conhecimentos sobre os campos de estudo da política educativa e das organizações educativas e sobre os principais modelos de análise aí utilizados, mormente os associados a programas de investigação da área da Administração e Política Educacional do Instituto da Educação. É ainda propósito da unidade curricular facilitar o desenvolvimento das capacidades de análise e de reflexão dos mestrandos acerca dos seus (presentes e/ou futuros) contextos de intervenção - organizacionais e profissionais. Assim, a unidade curricular abordará: (I) o conhecimento sobre o estado actual da investigação na área da Administração e Política Educacional, de modo a que os mestrandos sejam capazes de inscrever de modo pertinente e adequado os seus futuros projectos de pesquisa na trajectória de uma comunidade de pesquisa; (II) os principais conceitos e modelos de análise utilizados no âmbito da investigação sobre políticas e organizações educativas, de modo a que os mestrandos sejam capazes de os identificar, (III) o conhecimento acerca da regulação das políticas e da acção pública em educação, de modo a que os mestrandos sejam capazes de o aplicar na descrição, interpretação e análise de situações concretas.
<b>Conteúdos programáticos (sinopse)</b>
Temática I - A Administração Educacional como campo de estudo
Trajectória e constituição de uma área multidisciplinar. Um olhar socio-histórico sobre a evolução da área da Administração Educacional. O carácter multidisciplinar da Administração Educacional e as suas linhas estruturantes. Algumas demarcações elementares relativas à orientação da pesquisa na área da Administração Educacional: reflexão reformadora / estudo científico; orientação normativa / orientação analítica.



A investigação realizada em Portugal. Caracterização da investigação produzida na área da Administração Educacional em Portugal e esboço de um roteiro de obras fundamentais no âmbito dos estudos sobre as organizações educativas e sobre as políticas educativas. Elementos de diferenciação e de cruzamento entre as análises da política educativa e das organizações educativas. Os estudos sobre os gestores escolares.

#### Temática II - Os estudos sobre as organizações educativas

A trajetória da teorização social das organizações. Caracterização das perspectivas teóricas e dos principais modelos de estudo das organizações educativas. A questão da racionalidade dos actores nas organizacionais: do actor racional ao actor múltiplo (social, político, cultural); da racionalidade «total» à racionalidade limitada, relacional e situada.

Estudos portugueses sobre as organizações educativas. Modelos de análise utilizados em estudos sobre organizações educativas – problemas que suscitaram os estudos, delimitação da literatura relevante, problemáticas e objectos de estudo.

#### Temática III - O estudo das políticas educativas

As políticas públicas sob a perspectiva da acção pública. Os diferentes níveis, actores e modalidades da intervenção no âmbito das políticas públicas de educação. A noção de regulação (aplicado à análise das políticas educativas). Regulação institucional e regulação situacional. Regulação transnacional, regulação nacional, regulação local. Multirregulação. Modos de regulação burocráticos e pós-burocráticos.

A trajetória da regulação institucional da educação em Portugal entre 1986 e a actualidade. Mudanças e continuidades no plano dos valores/crenças educativas. Mudanças e continuidades nos modos de intervenção da autoridade pública. O caso da autonomia e da administração das escolas.

Estudos recentes (selecção de casos, a definir): a regulação transnacional e os instrumentos de regulação baseados no conhecimento; a contratualização da autonomia das escolas; a interdependência competitiva entre escolas; as lutas concorrenciais pela atribuição e distribuição de bens educacionais escolares; a questão da 'escolha das escolas'.

#### Bibliografia geral

- Afonso, N. (1994) *A Reforma da Administração Escolar: A abordagem política em análise organizacional*. Lisboa: IIE.
- Antunes, F. & Sá, V. (2010). *Públicos Escolares e Regulação da Educação*. Fundação Manuel Leão.
- Barroso, J., org. (2003). *A Escola Pública: Regulação, desregulação, privatização*. ASA.
- Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Universidade Aberta.
- Barroso, J., org. (2006), *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, dinâmicas e actores*. Educa.
- Barroso, J. & Afonso, N. org. (2011). *As Políticas Educativas em Portugal*. Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, L.M. (1992). *Clima de Escola e Estabilidade dos Professores*. Educa.
- Carvalho, L.M. (2002) *Oficina do Colectivo*. Educa.
- Carvalho, L.M., coord. (2011), *O Espelho do Perito: inquéritos internacionais, conhecimento e política em educação*. Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, L.M. (2016). *A Construção de Conhecimento sobre Políticas Públicas de Educação em Portugal*. Instituto de



Educação da Universidade de Lisboa. E-book. Disponível em: <http://www.ie.ulisboa.pt/portal/>

Formosinho, J., Fernandes, A.S., Machado, J. & Ferreira, F.I. (2005). *Administração da Educação*. Asa.

Friedberg, E., (1995). *O Poder e a Regra*. Piaget.

Lima, L. (2011). *Administração Escolar: Estudos*. Porto Editora.

Lima, L.C., org. (2011). *Perspectivas de Análise Organizacional da Escola*. Fundação Manuel Leão.

Neto-Mendes, A., Costa, J. A. & Ventura, A., orgs. (2011). *A Emergência do Diretor da Escola: Questões políticas e organizacionais*. Universidade de Aveiro.

Oliveira, D. & Duarte, A., org. (2009). *Políticas Públicas e Educação*. Fino Traço Editora.

Sarmento, M.J. (2000). *Lógicas de Acção nas Escolas*. IIE.

van Zanten, A. (2004). *Les Politiques d'Éducation*. PUF.

### Métodos de ensino

Utilizar-se-ão modalidades de trabalho diversas: exposição e síntese de temas; discussão de textos; análise de casos. A apresentação e a discussão dos temas programáticos decorrerão em plenário e em pequenos grupos. Na plataforma *moodle* serão disponibilizados materiais de apoio e quando necessário serão agendadas sessões de acompanhamento dos trabalhos a realizar pelos alunos.

### Regime Geral de Avaliação

Nos alunos em regime geral, a avaliação será contínua, contemplando o envolvimento ativo e produtivo dos alunos nas aulas, quer através da sua participação nas sessões e respetivas atividades, quer no contributo individual para a realização do trabalho em grupo. A aprovação na UC implica que o estudante obtenha no mínimo 10 valores nas três componentes de avaliação: a) um individual versando a análise das organizações e políticas educativas (40%); b) um trabalho em pequeno grupo centrado na análise de um caso proposto pelos docentes (40%); c) a participação nas sessões, compreendendo o empenhamento, a regularidade e a pertinência das intervenções e a assiduidade (20%).

### Regime Alternativo de Avaliação

O Regime Alternativo de Avaliação é exclusivo para os alunos com o estatuto de trabalhador-estudante, de atleta de alta competição e outros regulamentarmente previstos. Nesses casos, a aprovação na UC implica a presença obrigatória nos momentos definidos para avaliação formativa. Os estudantes terão acompanhamento a distância via *moodle* e e-mail de acordo com plano, sendo que o trabalho a desenvolver inclui:

- a realização de um trabalho de análise de um caso sobre organizações educativas, envolvendo a mobilização de elementos conceptuais e conteúdos constantes do programa; a apresentação do trabalho em curso em dois pelo menos momentos de avaliação formativa (50%);
- a realização de um teste escrito na época de avaliações (50%).

### Regras relativas à melhoria de nota

Melhoria através de Exame (prova escrita), a realizar até ao final do ano letivo seguinte aquele em que obtiveram aprovação na unidade curricular época de recurso.